

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA, IDENTIDADE E REPRODUÇÕES SOCIAIS: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul

PEASANT TERRITORIALIZATION, IDENTITY AND SOCIAL REPRODUCTIONS: the rural settlements in south half of Rio Grande do Sul

Flamarion Dutra Alves

Doutorando em Geografia UNESP – Campus Rio Claro
dutrasm@yahoo.com.br

Vicente Celestino Pires Silveira

Prof. Dr. do Centro de Ciências Rurais da UFSM
vicentesilveira@smail.ufsm.br

Enéas Rente Ferreira

Prof. Livre Docente do IGCE da UNESP – Campus Rio Claro
eneasrf@rc.unesp.br

Resumo: Esse artigo tem o propósito de verificar os territórios construídos pelos assentamentos rurais da reforma agrária que se implementaram na metade sul do Rio Grande do Sul. Através de uma abordagem territorial, será feita uma análise das alterações processadas no espaço agrário gaúcho, onde por meio da identidade cultural, reproduções sociais e atividades camponesas, os assentamentos rurais se territorializaram no espaço caracterizado historicamente pelo latifúndio e monocultura. Nesse sentido, o processo de modificação do espaço pelas atividades camponesas estão presentes gerando uma nova organização da estrutura socioeconômica e cultural da metade sul gaúcha.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Territorialização, Reforma Agrária, Metade Sul, Identidade camponesa.

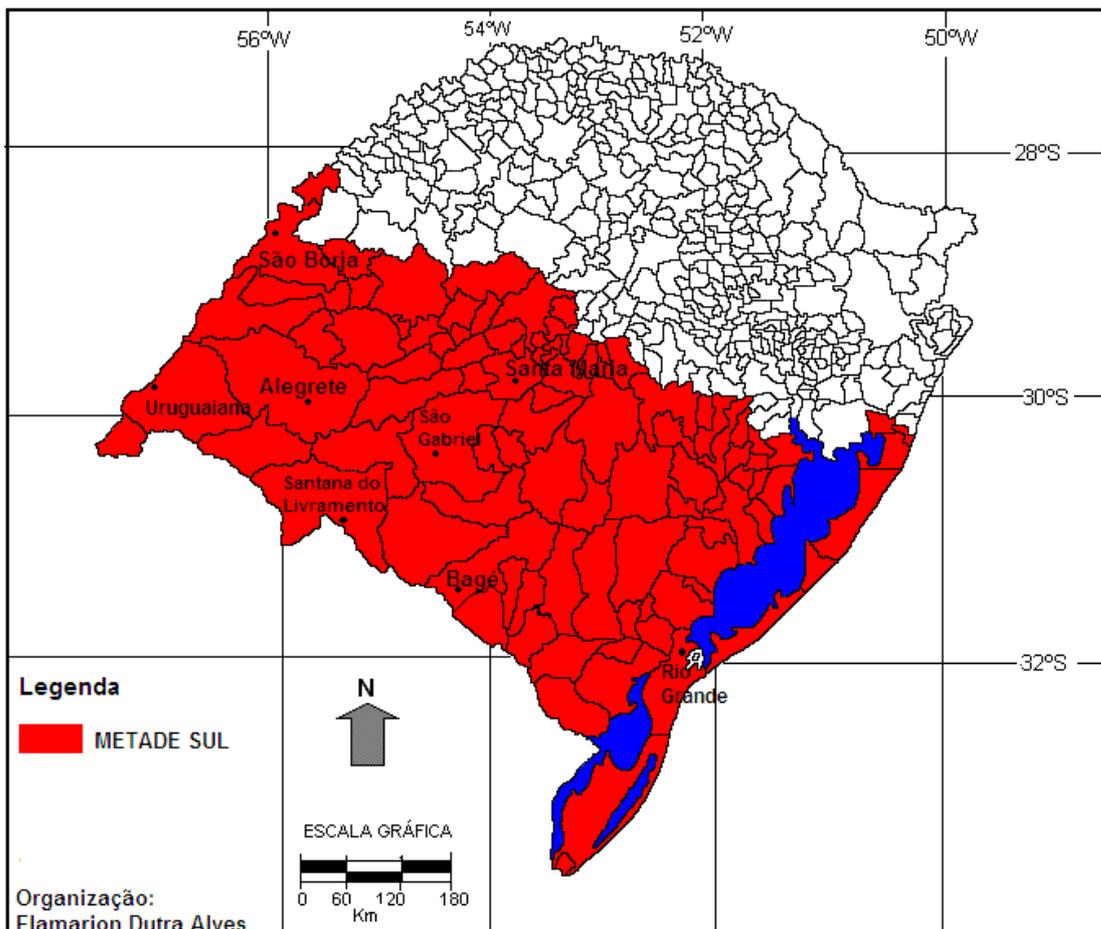
Abstract: This article aims at to verify the territories constructed for rural settlements of agrarian reform that if had implemented in south half of Rio Grande Do Sul in Brazil. Through a territorial boarding, will be made an analysis of processed alterations in *gaúcho* agrarian space, where by means of cultural identity, social reproductions and peasant activities, the rural settlements if historically territorialization in space characterized for large state and monoculture. In this direction, the process of modification of space for peasant activities gifts are generating a new organization of social-economical and cultural structure of south half *gaúcho*.

Key-words: Rural Settlements, Territorialization, Agrarian Reform, South Half, Peasant Identity.

Introdução

A concentração de terras no Brasil ainda está presente no início do século XXI decorrentes de suas raízes históricas de ocupação e colonização do território, ou então, grilagem e apropriação indevida de terras, onde esse quadro de desigualdade fundiária só gera concentração de renda e poder por parte dos grandes proprietários e o aumento de conflitos no campo pela luta pela terra por parte de camponeses sem terras.

No Rio Grande do Sul esse cenário não é diferente, boa parte da metade sul do estado gaúcho (Mapa 1), está composta por grandes propriedades rurais com pecuária extensiva, monocultura de arroz e novas áreas de florestamento de eucalipto ocasionado imensos vazios demográficos e concentração de terra e renda.



Mapa 1 - Localização da metade sul do estado do Rio Grande do Sul.

A expansão da soja no norte do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1960 trouxe além do crescimento econômico e mecanização da agricultura, um problema social para a região, o êxodo rural e falência de pequenos agricultores, por tentar se inserirem na cadeia produtiva da soja, no qual é necessário a produção em escala para compensar os custos de produção, ou seja, agricultores familiares com reduzidos lotes de terra não conseguiram competir no mercado da soja, como consequência os grandes proprietários aumentaram suas áreas e expandiram a produção de soja.

Muitos agricultores familiares dessa região se inseriram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em busca da reconquista de um pedaço de terra, para voltar a produzir e restabelecer uma vida camponesa. Desse modo, o novo cenário desses atores sociais é a metade sul do Rio Grande do Sul, por meio de desapropriações os camponeses encontraram dificuldades e êxitos nessa territorialização no espaço do latifúndio pastoril.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é discutir a territorialização das atividades camponesas, por meio dos assentamentos rurais, na região da grande propriedade pecuarista e monocultora da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Organização do espaço da metade sul gaúcha: raízes históricas e atividades econômicas

Ocupada no início do século XVIII, por portugueses, militares e pessoas de prestígio da Coroa Portuguesa através de doações de sesmarias, a região fronteira gaúcha foi composta por imensos latifúndios que chegavam a medir cerca de 13.000 hectares cada um. No início do século XIX, a metade sul já estava totalmente ocupada por aproximadamente 500 proprietários, que detinham terra, poder e capital (COSTA, 1988; BRUM, 1987; PESAVENTO, 1997).

Um aspecto importante da doação de sesmarias é a sua total negação com a relevância social e democrática. Sobre as sesmarias Martins (1997, p. 13-14) crê que este sistema era desigual e injusto, pois somente as pessoas que fossem “brancas, puras de sangue e católicas” poderiam receber a posse de um título de sesmaria. Então, “o

acesso a terra estava interdito aos hereges e aos gentios, aos negros, aos mouros e aos judeus”.

Dessa forma, os menos favorecidos não tinham o direito de receber direitos de propriedade, autenticando o predomínio do latifúndio e as fortes barreiras para o acesso a terra. Com isso, a posse de uma sesmaria constituía em poderes econômicos, sociais e políticos. Em torno do grande proprietário reuniam-se os que trabalhavam sob suas ordens, os que necessitavam de sua proteção, até mesmo os que tinham medo de sua força (ROCHE, 1969).

A partir da metade do século XIX, a Metade Sul era a região de maior dinamismo da economia do Estado, pois ela articulava-se com a economia do centro do país através do fornecimento de charque, alimento consumido pelos escravos e pelas camadas mais pobres das populações urbanas.

Sobre o charque no Rio Grande do Sul:

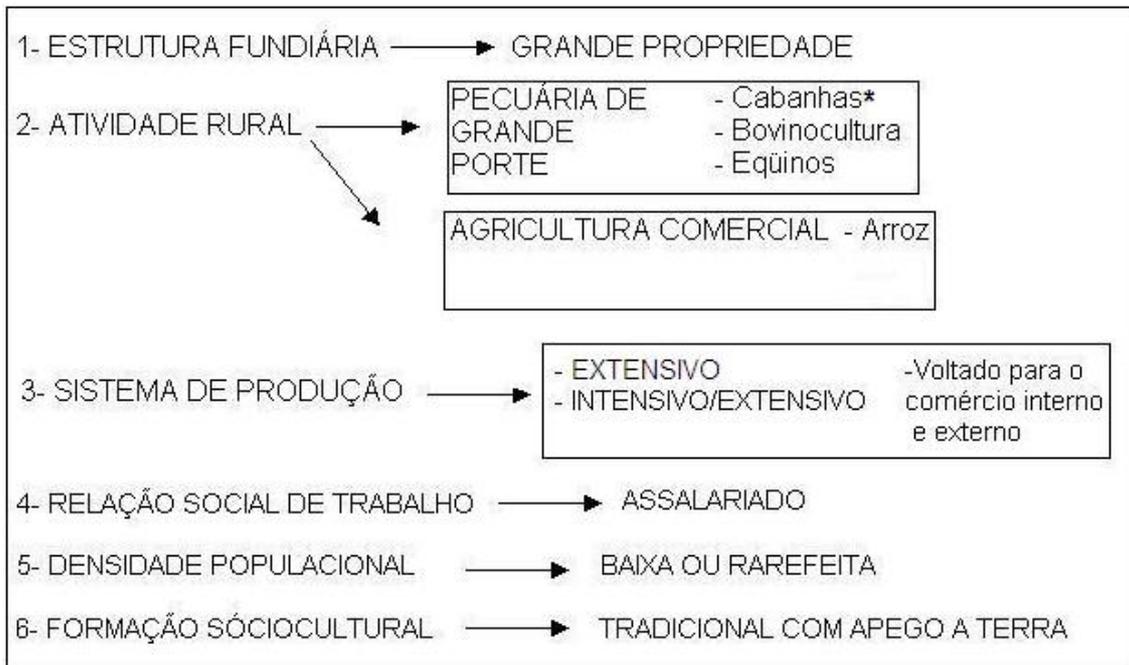
Viabilizou economicamente a efetiva ocupação do território gaúcho e ajudou a construir a prosperidade em Pelotas, núcleo onde se encontrava o maior número de charqueadas, e de Rio Grande, porto através do qual o produto era exportado, que eram os principais centros urbanos da região Sul. (ALONSO e BANDEIRA, 1990, p.71).

A sociedade constituída pela pecuária e pelo charque na Metade Sul caracterizava-se pela concentração da propriedade e da renda, existindo um reduzido número de assalariados, já que a pecuária não exigia grande contingente de mão-de-obra. Assim, a grande propriedade concentrada na posse de poucos proprietários e a forma como se organizou o trabalho gerou duas classes bem distintas e fortemente hierarquizadas: a dos estancieiros (proprietários) e a dos peões (dependentes). Alguns milhares de grandes proprietários eram donos de terras e utilizava nas estâncias de criação o trabalho dos peões, além de escravos para os serviços domésticos, no trabalho pesado das charqueadas predominava o braço escravo (BRUM, 1987).

Dessa forma, a organização socioeconômica da metade sul está baseada na grande propriedade rural, atividades monocultoras que geram vazios demográficos e centros urbanos distantes e pouco dinâmicos (Esquema 1).

A organização da estrutura sociocultural da metade sul é marcada principalmente pela figura do grande fazendeiro pecuarista, no qual tem-se peões que trabalham na propriedade. Essa identidade cultural é muito forte nessa região, a do

pecuarista e do apego a terra, a permanência da grande propriedade com os campos somente preenchidos pela pecuária, a obra *Latifúndio e identidade regional* de Costa (1988) retrata bem essa visão regional e identitária da metade sul.



Esquema 2 – Sistema da estrutura Socioeconômica e territorial da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

*Cabanhas se refere a uma propriedade rural especializada em pecuária.

Organização: Flamarion Dutra Alves

A agricultura familiar diversificada é praticamente ausente nessa estrutura socioeconômica, quadro que começou a mudar a partir da década de 1980, com a implementação de assentamentos rurais nessa região.

A territorialização camponesa no espaço do latifúndio, as contradições identitárias e culturais, a grande produção versus a pequena produção, ou seja, a apropriação do território para cultivar e reestruturar a cultura camponesa.

Evolução dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

Os conflitos fundiários são constantes no Brasil. Fazem parte de uma luta histórica que nas décadas de 1970 a 1990 assumiram novas características, em virtude

das transformações capitalistas no campo brasileiro. É nesse cenário de desigualdade social e econômica, concentração de renda e fundiária que surgem os movimentos sociais no campo, em especial o MST, pois esse é a “principal força propulsora dos processos sóciopolíticos que resultaram na constituição dos assentamentos rurais e seus impactos” (NAVARRO et al., 1999, p.27).

No Rio Grande do Sul o principal motivo do surgimento dos movimentos sociais rurais no campo emergiu do processo de modernização da agricultura na região norte, conforme nas palavras de Navarro:

O agravamento das condições sociais de ocupação e emprego rural, a elevação dos preços das terras, a intensa mecanização dos processos produtivos, entre outros impactos da “modernização conservadora”, contribuíram para a formação de uma “população sobranete” em áreas rurais, alvo dos esforços de organização e mobilização dos nascentes movimentos sociais rurais, especialmente na região norte. (NAVARRO et al., 1999, p.21).

O tradicional latifúndio de baixa produtividade, produção extensiva e de grande dominação política vem diminuindo no estado devido ao processo de modernização, porém como afirma Navarro (1999, p.25) “Hoje são poucas as regiões onde é possível identificar propriedades com tais características: o triângulo Cruz Alta-Santiago-São Gabriel, além de muitos municípios da fronteira com o Uruguai”. Sendo assim, a região Sul do estado ainda concentra uma parcela de latifúndios de baixa produtividade em atividade, fator que gera grandes conflitos na luta pela terra.

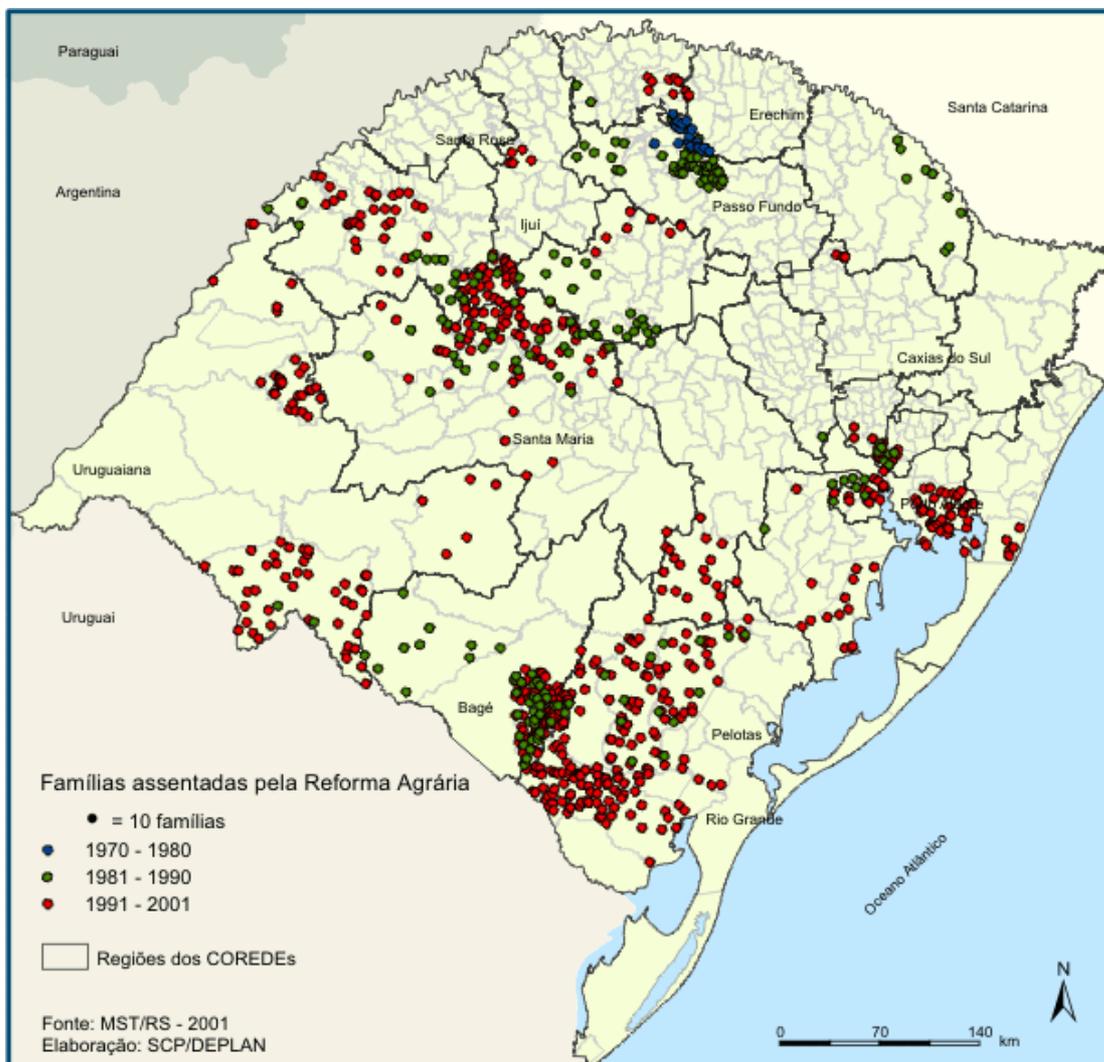
Porém, a partir da década de 1990, observou-se um deslocamento geográfico na implantação dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul dirigindo-se para duas regiões (Mapa 2), a metropolitana de Porto Alegre e a Campanha Gaúcha, isso por causa da falta de áreas para desapropriação na metade norte. Assim, Da Ros (2002, p.39) afirma que:

[...] a história da implantação dos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul nos permite a percepção de que tais momentos operam de maneira decisiva nas diferentes estratégias políticas adotadas pelas várias agências de mediação, envolvidas neste *campo de lutas* configurado pela reforma agrária, tais como: o MST, os órgãos dos governos federal, estadual e municipal (MDA, INCRA, Cera's, secretarias estaduais e municipais etc.).

A emergência por novas áreas para esta “população sobranete”, vem junto com os ideais do MST, que através da reforma agrária seria o caminho para romper com o

padrão latifundiário existente em algumas regiões brasileiras, povoar e produzir em áreas estagnadas, como no caso da Metade Sul (ALVES, 2006).

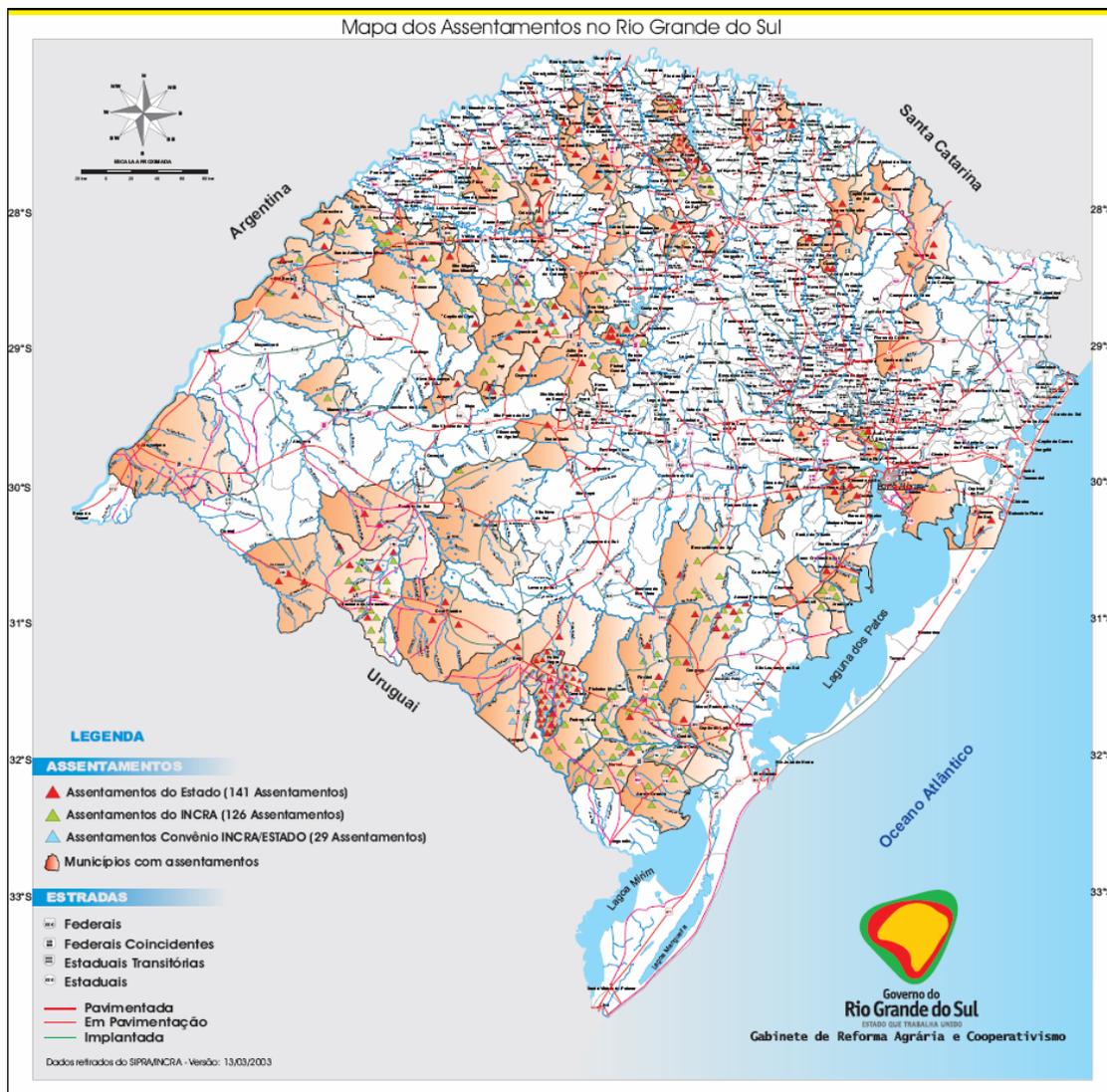
Com relação às condições produtivas e das formas de organização dos assentamentos rurais Medeiros e Leite (1999, p.15) confirmam que “apesar da precariedade das condições da maior parte dos assentamentos nos estados [...] se tem apresentado algum resultado significativo, em termos de renda e condições de vida”. Emergindo desses assentamentos um perfil de agricultura de caráter familiar, baseado em configurações associativas, no qual é verificado “um processo de reconversão de trajetórias de vida e reelaboração de relações sociais” (MEDEIROS; LEITE, 1999, p.15).



Mapa 2 - Localização das famílias assentadas pela reforma agrária (1970-2001), RS.

No Rio Grande do Sul durante o período de 1985 a 1988, verificou-se uma crescente dificuldade de localizar áreas passíveis de desapropriação na região do Alto Uruguai, onde foram feitas as primeiras desapropriações, provocando um deslocamento espacial, para as regiões centrais do Estado. E a partir de 1989, o governo federal, reduziu fortemente as desapropriações, passando ao governo estadual, 1988 a 1994, o principal foco de pressões por parte do MST (MEDEIROS; LEITE, 1999).

O deslocamento geográfico dos assentamentos rurais, a partir de 1988 teve novo rumo, a Campanha Gaúcha, que se situa na Metade Sul do Estado (Mapa 3), ambiente histórico das grandes propriedades que tem sua economia dedicada à pecuária extensiva.



Mapa 3 - Localização dos municípios com assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. Fonte: Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo – RS.

Segundo o estudo realizado por Navarro; (1999, p.42-43) sobre a instalação de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, “[...] no período de 1992 a agosto de 1997, o total de 54 novos assentamentos formados, 40 são da região da Campanha Gaúcha [...] e de 1996 a 1997, nasceram 33 novos assentamentos e destes 31 são da região citada” (Tabela 1).

Tabela 1- Quantidade e área territorializada pelos assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul, 2006.

	Municípios	Quantidade de assentamentos rurais	Área ocupada (ha)	Área ocupada (%)
1	Aceguá	3	3.930	2,64
2	Arambaré	3	1.196	0,80
3	Arroio Grande	3	1.492	1,01
4	Camaquã	1	637	0,43
5	Bagé	1	4.022	2,72
6	Candiota	23	17.381	11,71
7	Canguçu	16	12.051	8,12
8	Capão do Leão	1	432	0,29
9	Capela de Santana	1	190	0,13
10	Dom Pedrito	3	1707	1,15
11	Encruzilhada do Sul	6	6.142	4,14
12	Garruchos	1	722	0,48
13	Herval	10	13.254	8,92
14	Hulha Negra	25	21.997	14,83
15	Jaguari	1	391	0,27
16	Manoel Viana	1	6.118	4,12
17	Pedras Altas	5	7.158	4,82
18	Pedro Osório	1	506	0,34
19	Pinhal Grande	1	1.185	0,79
20	Pinheiro Machado	7	6.028	4,06
21	Piratini	15	15.256	10,28
22	Quevedos	1	628	0,42
23	Rosário do Sul	1	979	0,67
24	Santa Maria	1	298	0,20
25	Santana do Livramento	23	20.712	13,96
26	São Borja	4	1.640	1,10
27	São Gabriel	1	1.493	1,01
28	Tapes	1	807	0,54
29	Uruguaiana	1	77	0,05
	TOTAL	161	148.429	100

Fonte: Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo do Rio Grande do Sul.

Organização: Flamarion Dutra Alves

A metade sul do Rio Grande do Sul começou a implementar assentamentos rurais na década de 1980, mas o grande impulso dos programas de reforma agrária, se deram nos fins da década de 1990 e início do século XXI. O território camponês oriundo dos

assentamentos rurais está territorializado em 148.429,00 hectares, em 29 municípios da metade sul.

A concentração dos assentamentos rurais está em Candiota, Canguçu, Herval Hulha Negra, Piratini e Santana do Livramento, só nesses municípios estão 67,82% dos territórios camponeses. Ainda há resistência e luta em alguns municípios da metade sul como em São Gabriel, Bagé, Alegrete e Uruguaiana redutos tradicionais da pecuária extensiva, onde existem propriedades com 13.000 hectares, no caso de São Gabriel, onde há fortes barreiras protecionistas da bancada ruralista que defendem a permanência da concentração da terra.

Desse modo, a implantação de assentamentos rurais surge como uma nova estratégia para solucionar estes entraves socioeconômicos da concentração da terra. A criação dos assentamentos rurais redistribui a terra e dinamiza a economia, criando novos atores que alteram o espaço. Com a implementação de um assentamento rural não se conclui a reforma agrária, pois se deve dar as condições iniciais necessárias e suficientes para que se efetive a função social da terra. Segundo Ferreira (1994, p.43) “a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torná-la produtiva”.

Portanto, as condições iniciais de infra-estrutura são fundamentais para as reproduções socioeconômicas dos camponeses assentados, sem elas o grau de insucesso dos assentamentos rurais tornasse elevado.

Território, identidade e cultura camponesa

Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o Movimento traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade - um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização (FERNANDES, 1999).

Para o mesmo autor a territorialização da luta pela terra é:

o processo de expansão e ou multiplicação das áreas conquistadas pelos trabalhadores rurais [...] os latifúndios são territórios que estão sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais ocorre a

desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento (FERNANDES, 2005, p.473).

O assentamento rural como um território conquistado na luta constitui uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias individuais que, ao se manifestarem, denotam a diversidade de um público que, no momento da luta, *se via e era visto* unificado em torno da identidade de *sem-terra*. A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de *assentado* traz à tona expectativas individuais no tocante a *viver e produzir* na terra (DA ROS, 2002).

Para Raffestin (1993, p.59-60) “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Nesse sentido, o movimento de luta pela terra conquista esse trunfo, ou seja, essa fração do território possibilitando uma territorialização dos camponeses para concretizar sua reprodução socioeconômica.

Classificando e conceituando o território, observa-se que sua construção ou apropriação se dá por meio do trabalho humano onde cada território é particular, apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos etc. O território é demarcado pelo processo histórico de pessoas, grupos de pessoas ou uma coletividade no qual exercem um poder sobre essa área. Segundo Raffestin (1993, p. 143) à medida que o

Espaço e território não são termos equivalentes [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

O território é dotado de conjugações simbólicas e culturais, e o MST ao conquistar um espaço se territorializa e os camponeses que se apropriam desse território transformam o espaço, antes latifundiário e monocultor em um território de diversificação produtiva e atividades familiares. Conforme Raffestin (1993):

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

O território é a produção humana, que ganha uma identidade a partir da apropriação e/ou dominação do espaço. A territorialização é parte superior da

espacialização, ou seja, o assentamento rural é a territorialização materializada e as relações camponesas a territorialidade existente e concreta.

Haesbaert (2004, p.235) define o território ou os processos de territorialização sendo “fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”. Nessa perspectiva a identidade territorial para Haesbaert (2004) deve ser analisada de forma integradora, ou seja, levando em consideração a dimensão simbólica, cultural, material, econômico, político, social e histórico. Conforme o mesmo autor (2004, p.79) “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

Para o autor “não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico” (2004, p.339)

A construção de um território provoca um arranjo por área, uma demarcação de fronteiras levando a um controle determinado aos que estão dentro e fora do território, sobre esse aspecto Haesbaert (2004,p.89) afirma:

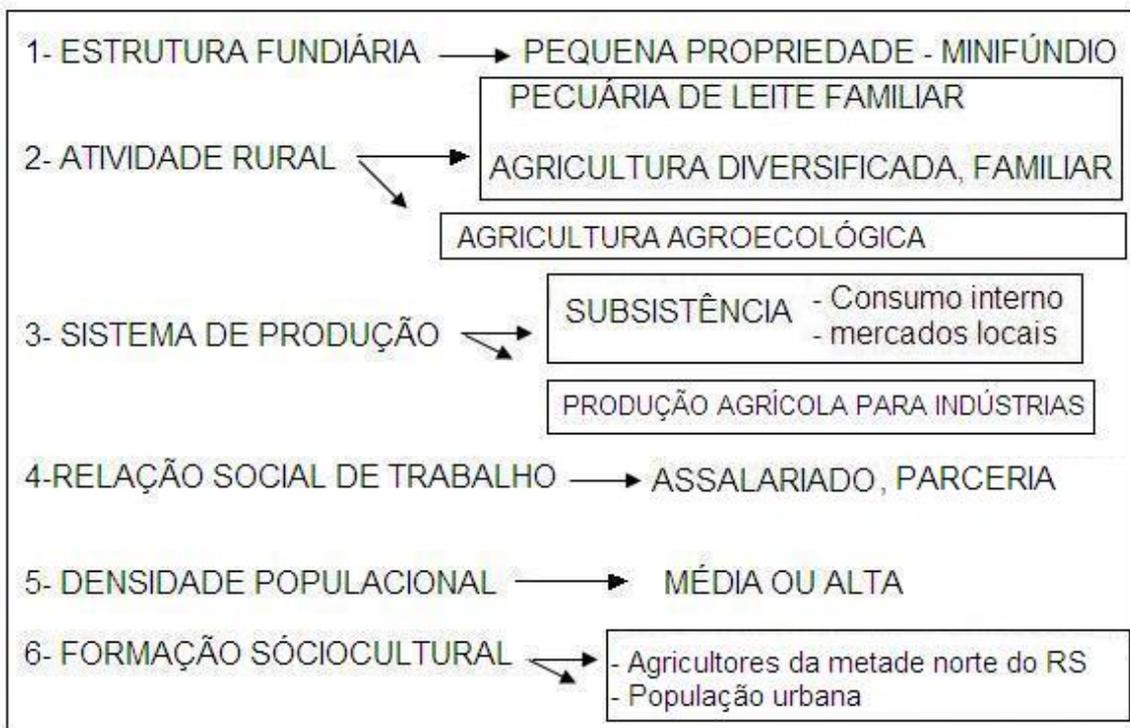
[...] toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

Para Haesbaert (2004, p.96) “cada grupo social, classe ou instituição pode ‘territorializar-se’ através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os ‘seus’ espaços”. Ainda o autor destaca que “enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo” (2004, p.96).

Então, o território é uma reordenação do espaço, ocorrendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das sociedades. O processo de

desterritorialização ocorre conjuntamente com a reterritorialização, no qual esses dois procedimentos são partes do processo sucessivos de territorialização.

O MST através dos assentamentos se territorializou, ou seja, ocupou-se de uma fração do espaço transformado pelo trabalho, sendo uma produção humana, de lutas de classes. Desse modo, o espaço agrário da metade sul do Rio Grande do Sul vem sofrendo alterações em sua estrutura fundiária e na sua estrutura socioeconômica através da territorialização camponesa no espaço dos latifúndios (Esquema 2).



Esquema 2 – Sistema da estrutura socioeconômica e territorial dos assentamentos rurais na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Organização: Flamarion Dutra Alves.

O novo perfil sociocultural instaurado no espaço agrário da metade sul, por meio dos assentamentos rurais é de um dinamismo das reproduções sociais e econômicas. O povoamento dos espaços que pertenciam aos latifundiários é traço importante nessa conquista do território, a cultura camponesa se traduz nas atividades econômicas, na diversificação da produção agrícola e força de trabalho familiar.

O contraste das relações capitalistas e tradicionais dos grandes proprietários se defronta com o trabalho cooperado e as relações de identidade camponesa nos assentamentos rurais, a produção para subsistência.

Os órgãos de assistência técnica e extensão rural nos municípios da metade sul, dão o suporte e logística necessária para o sucesso das implementações dos assentamentos rurais, aliados a infra-estrutura básica, como eletrificação, estradas, escolas, postos de saúde, etc. que auxiliam na organização de uma estrutura dinâmica no espaço agrário desses municípios.

Considerações finais

O processo de reforma agrária é necessário para desafogar as altas concentrações fundiárias existentes no país, até mesmo nas regiões tradicionais, onde as grandes propriedades e as atividades pecuárias extensivas fazem parte da identidade regional, como é o caso da metade sul. O problema está em desenvolver uma região altamente dispersa e vazia demograficamente, com centros urbanos distantes e com poucas atividades econômicas dinâmicas, essas características são frutos de uma ocupação territorial desigual e concentradora, que por mais de séculos permanece inalterada ou com poucas modificações.

Apesar da identidade regional da metade sul nas características já citadas, essa identidade não vai de acordo com os interesses da maioria da sociedade, visto as disparidades socioeconômicas e territoriais do país.

Por outro lado, a identidade camponesa, da pequena produção, diversificação, trabalho familiar, cooperativismo e das reproduções sociais vêm no sentido de amenizar as desigualdades socioeconômicas. A conquista dos territórios rurais para as reproduções sociais camponesas traz benefícios para as regiões estagnadas socioeconomicamente, decorrente da concentração de terra.

A metade sul gaúcha precisa reorganizar sua estrutura fundiária para amenizar seus problemas estruturais, pois, a manutenção da estrutura agrária desigual não vai acabar com o rótulo de região “atrasada” ou “estagnada” que vem recebendo. Uma das mudanças a serem realizadas e dar continuidade ao processo de reforma agrária na região, para continuar com a territorialização camponesa e alterar as dinâmicas estruturais de produção.

Referências

ALONSO, José. A. F., BANDEIRA, Pedro. S. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80. In: ALMEIDA, P. F. C. de. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990. 197p. p. 67 – 130.

ALVES, Flamarion D. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS**. 137 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

BERGAMASCO, Sonia M. P. ; PAMARD, C. B. ; CHONCHOL, M. E. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997. 52p.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1987. 200p.

COSTA, Rogério H. da. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104p.

DA ROS, César Augusto. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. **Ruralidades**, Rio de Janeiro, n.4, p. 1 – 50, out.2002.

FERREIRA, B. Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, Leonilde S. et. al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: ED.UNESP, 1994. 329p. p. 29-48.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 285p.

_____. Territorialização da luta pela terra. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 518p. p.473.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.

HEIDRICH, Álvaro L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 212p.

LEITE, Sérgio. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). In: Medeiros, Leonilde S. et al. (Org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EdUNESP, 1994. 329p. p. 287-313.

MEDEIROS, Leonilde S. de; LEITE, Sérgio. (Org). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: EdUFRGS/CPDA, 1999. 279p.

NAVARRO, Zander et al. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (Org). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: EdUFRGS/CPDA, 1999. 279p. p.19-68.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 141p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269p.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 132p.

Recebido em 10/05/2007

Aceito para publicação em 14/06/2007